

# 12º Exame de Ordem - 2ª fase - 2000

## Direito Civil

1. Em ação de conhecimento pelo rito comum ordinário proposta por Ovídio em face de Araken, o autor cumulou pedido de adjudicação compulsória com o de imissão na posse de imóvel, cujo negócio jurídico que serviu como *causa petendi* consistiu em compromisso de compra e venda de um lote de terreno no município de São Gonçalo, cujo preço, segundo afirmação do autor, estava totalmente pago.

Quanto à pretensão material de imissão na posse, requereu o autor a antecipação dos efeitos da tutela de mérito. A antecipação foi concedida liminarmente, *inaudita altera pars*, nos seguintes termos: "presentes os pressupostos, concedo a antecipação da tutela. Expeça-se mandado de imissão na posse".

Citado e intimado da decisão, Araken, inconformado com a concessão da tutela antecipada procura você, ilustre advogado(a), para interpor recurso visando impugnar a antecipação concedida pelo juiz.

Considerando que o processo está em curso perante o juízo da primeira vara cível de São Gonçalo, elabore as razões de recurso, atento aos seguintes aspectos: a) adequação do recurso; b) requisitos específicos do recurso cabível; c) fundamentos ou motivos que sustentam o inconformismo do decorrente.

Obs: Os dados não fornecidos no problema poderão ser adaptados livremente desde que não importe em identificação da prova.

Advogado: SÉRGIO ROSE

OAB/RJ nº 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

*RESPONDA ÀS QUESTÕES SEGUINTE NO MÁXIMO EM QUINZE LINHAS.*

2. João faleceu deixando três filhos maiores. O filho mais velho, casado pelo regime da separação (total) de bens, deseja ceder seus direitos sucessórios a pessoa que lhe ofereceu um bom preço. Será necessário o consentimento da esposa do filho cedente para que se realize a cessão? Por que?

3. Vicente, aos dezessete anos, descobriu ser portador de mal incurável e que lhe restavam poucos meses de vida. Em razão de tal fato, dispôs sobre seu valioso patrimônio em testamento público, determinando que o mesmo fosse inteiramente distribuído entre as instituições de amparo a crianças carentes que indicou. Pouco tempo depois de testar Vicente faleceu, sendo seus pais os únicos parentes que sobreviveram a sua morte. Esse testamento é válido? Por que?

4. Marta encontrava-se no interior de uma instituição bancária privada, no momento em que essa foi assaltada. Houve troca de tiros entre os assaltantes e os vigilantes encarregados da segurança do estabelecimento, sendo Marta atingida por uma bala que a deixou inválida permanentemente. Os vigilantes eram empregados de empresa especializada no ramo, contratada pelo banco. De acordo com a perícia realizada, apurou-se que a bala que causou a lesão em Marta fora disparada por um dos vigilantes. Quem responderá pelos danos causados a Marta? Por

que?

5. Osório, homem solteiro e sem filhos, viveu durante mais de dez anos em um apartamento alugado, em companhia de uma velha senhora que o criara desde menino e a quem amparava na velhice, tendo inclusive a nomeado como sua dependente junto à previdência social. Morrendo Osório, poderá a velha senhora manter o contrato de locação do imóvel? Por que?

6. Pedro e Renata, ambos solteiros, conviveram como marido e mulher, embora não fossem legalmente casados, durante quatro anos, em um apartamento alugado. No segundo ano de convivência, Pedro adquiriu um valioso sítio, sendo a propriedade registrada em seu nome, nenhuma referência sendo feita à Renata no Registro de Imóveis. Ao final do quarto ano de convivência, Pedro faleceu. Terá Renata algum direito sobre o sítio? Por que?

## Direito Penal

1. O representante do Ministério Público oferece denúncia contra Tiago von Bomber, afirmando ter o denunciado, consciente e voluntariamente, mediante grave ameaça, subtraído para si um relógio de ouro de Pedro Angélico. Esse fato, de acordo com a denúncia, ocorreu no dia 08 de dezembro de 1999, em frente ao prédio onde o ofendido trabalhava.

Embora descrito detalhadamente o alegado fato delituoso, a denúncia foi oferecida sem estar estribada em suporte probatório mínimo. Não obstante esse fato, o Juiz de Direito da 60a Vara Criminal recebe a inicial acusatória e determina a citação do acusado para comparecer a juízo a fim de ser interrogado. Após ser citado, o acusado contrata seus serviços profissionais para promover sua defesa no citado processo. Como advogado de Tiago, redija, fundamentadamente, a petição adequada.

Advogado: SÉRGIO ROSE

OAB/RJ 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. Tício era devedor de determinada quantia a Tício e, em pagamento da mesma, emitiu cheque para apresentação posterior, o qual, entretanto, no momento em que foi apresentado, deixou de ser pago, em face da inexistência de fundos na conta. Examinar a situação jurídico-penal de Tício.

3. Sinval, que já havia cumprido pena pela prática do crime de furto, aos 20 anos de idade cometeu ato contravençional que resultou na sua condenação, já com ele tendo mais de 21 anos, à pena de multa. Qual será o prazo prescricional da pretensão executória quanto à pena de multa?

4. Paulo, funcionário público, recebe de Matias, seu amigo, requerimento para legalizar construção que estava realizando, cuja decisão era de sua exclusiva competência. Após ter Paulo decidido, de forma favorável, o requerimento de Matias, este resolve presentear-lo regamente. Examinar a situação jurídico-penal de Paulo e Matias.

5. Se uma pessoa está agredindo outra a golpes de canivete e uma terceira intervém, impedindo a continuidade do delito, como saber-se se o caso é de tentativa de homicídio ou de lesão corporal?

6. Em maio de 1990, Caio foi condenado, por sentença transitada em julgado, à pena de 8 anos de reclusão, por prática de crime previsto no artigo 121, § 2º, inciso 11, c/c artigo 14, inciso 11, do Código Penal. Depois de extinta a punibilidade. Caio é preso em flagrante por violação ao artigo 12,

da lei 6.368/76, pelo que acabou condenado à pena de 4 anos de reclusão. Pergunta-se: Caio terá direito à obtenção de livramento condicional?

## Direito Trabalhista

1. Seu cliente, pessoa física, deseja resposta circunstanciada sobre seu direito à equiparação salarial a colega que exerce o mesmo cargo na Empresa; o colega foi admitido no cargo em 03.10.1989 e seu cliente em 11.04.1993.

O salário do modelo é de R\$ 2.800,00 e o do seu cliente é de R\$ 1.850,00.

Faça seus comentários, objetivos, mas fundamentados, numa média de até 20 linhas pautadas.

*RESPONDA ÀS QUESTÕES SEGUINTE NO MÁXIMO EM QUINZE LINHAS.*

2. O empregado eleito para membro titular da CIPA, para representar os trabalhadores é demitido, no 6º mês de mandato pelo seu empregador.

Pode o cipeiro, nessa situação se insurgir contra essa demissão?

Fundamentar.

3. A empresa de construção civil, C A de Oliveira Ltda., demitiu o seu empregado, José da Silva, sem justa causa que, no final do aviso prévio, não compareceu ao Sindicato da categoria para a homologação do distrato, apesar de no próprio aviso prévio, constar a data e o local para o recebimento das verbas do contrato de trabalho.

Em face do que determinam os parágrafos do art. 477, da Consolidação das Leis do Trabalho, é possível a empresa C A Oliveira Ltda., se precaver da multa ali contida com alguma demanda judicial?

Fundamentar.

4. O empregado José de Oliveira, trabalhando em uma firma de representação comercial, há cerca de dois anos, foi eleito, em assembléia geral, Diretor Executivo do Sindicato da categoria profissional.

Cumpridas as formalidades legais e empossado, começou José de Oliveira, a faltar e chegar atrasado ao trabalho, na sua empregadora, eis que não liberado do cumprimento da jornada de trabalho.

As faltas e os atrasos ao serviço se tomaram freqüentes, resultando daí ter sido o empregado advertido, por escrito, e suspenso do trabalho, por 10 dias cada suspensão, o que ocorreu por 5 vezes.

É possível o empregador rescindir o contrato de trabalho de José de Oliveira, apesar da estabilidade?

Que providência terá que tomar?

Fundamentar.

5. O empregado Pedro Cantidio foi demitido da empresa C P C Reparos Navais Ltda., em 1º de fevereiro de 1998, com aviso prévio nesta última data.

É possível, o empregado em referência, acionar sua ex-empregadora distribuindo a Reclamação Trabalhista com data de 15 de fevereiro de 2000?

Fundamentar, em qualquer hipótese.

6. É devido o abono de 1/3 sobre as férias nas rescisões de contrato de trabalho, com mais de um ano de efetiva prestação de serviço ao mesmo empregador?

Fundamentar, na hipótese de entender ser devido esse abono.

## Direito Comercial

1. Elabore um parecer, respondendo à consulta abaixo, assinando-o como Dr. José Almeida.

Paulo, locador de determinado imóvel, recebe do locatário Jorge um cheque para purgar a mora em ação de despejo por falta de pagamento.

O locador Paulo comparece ao banco e verifica que o cheque não possui suficiente provisão de fundos, sendo, por isso, recusado o seu pagamento.

Pergunta-se:

a) Houve pagamento do aluguel com a entrega do cheque ao locador?

b) Quais as providências a serem tomadas pelo locador?

JUSTIFIQUE AS RESPOSTAS.

Advogado: JOSÉ ALMEIDA

OAB/RJ 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

RESPONDA ÀS QUESTÕES SEGUINTE NO MÁXIMO EM QUINZE LINHAS.

2. Célia Fraga, gerente do Bazar Mob Ltda, preocupada com o grau de inadimplemento de seus clientes, pretende saber quais os requisitos legais para pedir falência de seus devedores, Ao responder a pergunta, analise as hipóteses de caracterização de falência pela lei brasileira. Justifique a resposta.

3. Alfredo Costa, sócio gerente da Santa Margarida Comércio e Representações Ltda, indaga sobre a possibilidade dessa sociedade emitir debêntures. O cliente pretende ainda saber em que casos a lei de Sociedades por Ações pode ser aplicada subsidiariamente ao Dec. 3.708 de 10 de janeiro de 1919. Justifique a resposta.

4. Alfredo Jacques, diretor da Cia Industrial Três Rios celebrou um contrato de arrendamento de bens móveis com as Indústrias Reunidas Omega S/A, e quer saber se, com base neste contrato, pode sacar duplicatas mercantis contra a arrendatária. Justifique a resposta.

5. É válido o aval dado por sócio gerente, em desacordo com o Contrato Social que o proíbia? Justifique a resposta.

6. Márcia Santos, Diretora da Cia Nacional de Armazéns Gerais, pretende saber de seu advogado a finalidade do Warrant como título de crédito.

Responda a pergunta, justificando-a.

## Direito Administrativo

1. Elabore um parecer sobre a hipótese abaixo:

A Constituição Federal, no art. 175, parágrafo único, inciso III, previu que a lei dispusesse sobre uma política tarifária para a prestação de serviços públicos sob regime de concessão, tendo-se editado em cumprimento desse preceito as Leis federais números 8.987/95 e 9.074/95, tendo esta última sujeitado ao aludido regime a exploração de vias federais (art. 1º, IV).

Fiada no Estado de Direito apregoado no art. 1º da Constituição como sendo o da República, empresa de grande porte, cliente de seu escritório, tornou-se, regularmente, concessionária da exploração de uma das mais importantes rodovias federais, tendo sido surpreendida, semanas atrás, com a expedição de Decreto do Poder Concedente estipulando, ainda que por prazo não muito longo, novo benefício tarifário consistente em isenção de pagamento de pedágio nas rodovias federais em favor de caminhoneiros transportadores de cargas e comprometendo, com a medida, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Pede-lhe, então, a empresa que, prestando-lhe consultoria, emita breve parecer em que responda objetivamente e apenas, com fundamento em interpretação exclusivamente das disposições legais aplicáveis, às seguintes indagações:

a) Pode o Poder Concedente estipular benefícios tarifários não previstos no contrato (*novos benefícios tarifários*) discricionariamente, isto é, sem submeter-se a quaisquer condições legais prévias ou simultâneas? (2,5 pontos)

b) Tem a empresa direito a ressarcimento pelo Poder Concedente do decréscimo de sua remuneração contratual decorrente da referida isenção? (2,5 pontos)

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ 1000

*As questões que seguem, valendo 1 (um) ponto cada, devem ser respondidas objetivamente com base na legislação aplicável e, eventualmente, na jurisprudência, dispensados subsídios doutrinários, contidas as respostas a elas delimitado, para permitir aferição de domínio, com precisão e concisão vernaculares, de conhecimento do direito aplicável à área administrativa.*

**RESPOSTAS OBJETIVAS, NO MÁXIMO EM 10 LINHAS.**

2. A Administração Pública pode anular ou revogar os seus próprios atos? Sob quais fundamentos?
3. Qual a peculiaridade de uma entidade da administração indireta da categoria empresa pública que se caracterize como unipessoal?
4. Há critério legalmente estabelecido para a fixação de honorários advocatícios nas ações de desapropriação?
5. Cliente de seu escritório, titular de uma propriedade rural produtiva, que atende aos pressupostos de cumprimento de sua função social, tem notícia, cuja veracidade é comprovada, de que sua propriedade será invadida por desordeiros - que se dizem, embora não o sejam, militantes do MST - com o propósito de depredá-la, com risco inclusive da incolumidade das pessoas que nela vivem e trabalham: você, em atividade de consultoria jurídica, recomendar-lhe-ia que recorresse, visando as providências preventivas, ao Governo federal (polícia federal), estadual (polícia militar) ou municipal (guarda municipal)?
6. Efetivada a desapropriação de um terreno, com base em declaração de utilidade pública para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, o expropriante desiste do propósito e o oferece, em retrocessão, ao expropriado, seu cliente: o expropriante pode fazê-lo legalmente?

## Direito Tributário

1. A Fazenda Pública apresentou execução fiscal em face de certo contribuinte.

Após a citação e penhora o executado constatou que: a dívida estava prescrita; o bem penhorado era o único imóvel do casal.

Você é o advogado contratado para defender os interesses do contribuinte.

Elabore peça processual defensiva.

Fundamentar, mencionando inclusive o direito positivo.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ 1000

*RESPONDER OBJETIVAMENTE, NO MÁXIMO EM 10 LINHAS.*

2. Qual o meio que dispõe o devedor para opor-se à execução fiscal?
3. O Estado do Rio de Janeiro pode fixar alíquotas diferentes para fins de IPVA entre carros nacionais e importados?
4. Qual o limite (percentual) que se atingido caracteriza o princípio do art. 150, IV da Constituição?
5. As revistas pornográficas estão protegidas pela imunidade tributária?
6. A alienação de bens, ou o seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução caracteriza presunção de fraude. Em que momento fica caracterizada a "fase de execução"?